

RELATÓRIO E PARECER DO CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO – EXERCÍCIO DE 2023.

Na qualidade de responsável pela Unidade Central de Controle Interno do Município de Garruchos – RS, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as contas de Governo do Poder Executivo, relativos ao exercício econômico e financeiro de 2023, em conformidade com o previsto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no artigo 71 do Regimento Interno do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, aprovado pela Resolução nº 1.028, de 04 de março de 2015, de acordo com a redação dada pela alínea b do inciso III do art. 2º da Resolução nº 1134/2020, de 09 de dezembro de 2020.

De início, cabe mencionar que órgão Unidade Central de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 681/2003, regulamentada pela Lei Municipal nº 2232, de 26 de Setembro de 2019, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 027/2021, de 04 de janeiro de 2021.

No decorrer do exercício em análise, a Unidade Central de Controle Interno desenvolveu o pleno atendimento das normas legais. Basicamente o Sistema atuou através da sistemática de informar, auditar e fazer recomendações administrativas por meio de relatórios, visando sanar inconformidades ou deficiências administrativas detectadas.

Trabalhos Técnicos:

- Emissão de 14 Memorandos Internos, com questionário referentes a vários setores da administração e orientações;
- Emissão de 09 Atas;
- Elaboração de pareceres obrigatórios referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal e conformidade com a Resolução nº 1134 do TCE-RS;
- Elaboração de respostas a 16 questionários de solicitações, além de outras informações e esclarecimentos solicitados pelo TCE-RS;
- Elaboração de 07 Pareceres de Aposentadorias de Funcionários Públicos Municipais.





Levantamentos das Secretarias e Setores:

Setor Contabilidade – Notas de Empenhos:

- Notas de Empenhos: Foi verificado aleatoriamente pelos membros do Controle Interno que as notas de empenhos e notas fiscais estavam em desacordo com art. 60 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Sendo que já tínhamos orientados nos Relatórios do Controle Interno nº 002/2021, de 03 de novembro de 2021; Relatório nº 006/2021, de 30 de novembro de 2021 e Relatório nº 001/2022, de 24 de Agosto de 2022. Também orientamos a Administração que observe atentamente os arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964;
- Não existe normas internas disciplinando e orientando todo o fluxo da documentação que é recebido e que é emitido pela contabilidade;
- Não estão sendo realizadas transferências decendial para conta bancária específica do ensino, conforme percentual a aplicar dos ingressos de receitas;
- Não está sendo pagas as despesas da saúde com recursos da conta bancária específica de sua finalidade;
- Não está sendo realizadas transferências para conta bancária específica da saúde, conforme percentual a aplicar dos ingressos de receitas;
- Não houve cobranças de contribuição de melhorias conforme legislação municipal;
- Não foi feito distinção entre restos a pagar processados e restos a pagar não processados, por fornecedor, valor, natureza, despesa e órgão;
- Não está sendo realizadas Licitações para os Serviços de Lavagens e Consertos de Pneus para toda frota municipal.

Setor de Pessoal:

- Não existe manual de normas operacionais que discipline toda a rotina do Departamento Pessoal: admissões, férias, licenças, atestados, elaboração da folha, pedido de aposentadoria, registro, etc.;
- Não se encontra atualizado Estatuto do Servidor Público;
- Não existe programa abrangente para qualificação de todos os servidores municipais;

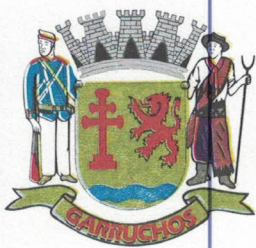




- Não está sendo realizados cursos, capacitação e treinamentos de qualificação para os membros do Controle Interno;
- Não existe controle de todos os servidores que participam de treinamentos e cursos de qualificação no Departamento de Pessoal;
- Não está ocorrendo limite de horas extra permitidas legalmente, também pagamento sistemático de horas extra para os mesmos servidores;
- Nem todas as pastas funcionais contêm as Declarações Anuais de Bens (conf. Parágrafo 2º do art. 13 da Lei nº 8.429/92);
- Não existe escala de férias no setor de pessoal;
- Não existe um sistema anual de avaliação de desempenho dos servidores;
- Não está sendo elaborada e enviada ao TCE no prazo estabelecido na agenda de obrigações, as Declarações de Bens dos Agentes Políticos e ocupantes de Cargo de Chefia.

Setor de Almoxarifado:

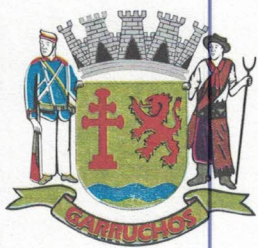
- Não existe manual de normas internas que especifique as rotinas por escrito sobre os procedimentos e fluxo operacional do almoxarifado;
- Os servidores do almoxarifado não recebem capacitação, treinamento específico sobre o funcionamento de um almoxarifado;
- No almoxarifado não tem um nível de iluminação que permite identificar os materiais com facilidade, um nível de limpeza adequado, segurança das instalações e as instalações elétricas não oferece segurança;
- Não está sendo realizadas uma contagem semestral dos materiais estocados;
- Não está sendo recolhidas as peças substituídas dos veículos e arquivadas em local apropriado;
- O Almoxarifado não está em bom estado de conservação;
- Não existe seguro contra incêndio;
- Não existe extintores de incêndio em todos os locais onde são armazenados os materiais, bem como sua respectiva localização física observando ainda à sua validade e a conservação;



- O Almoxarifado não tem um espaço físico adequado às atividades de guarda e movimentação;
- Não está sendo elaborado o Demonstrativo Mensal de Movimento do Almoxarifado e não está sendo encaminhado regularmente à contabilidade para fins de escrituração.
- Não existe supervisão superior sobre as atividades desenvolvidas pelo Almoxarifado;
- Não há controle de data de validade de perecíveis.

Setor de Transporte – Frotas Municipais:

- Não existe norma interna que discipline todo o funcionamento operacional do setor de transporte;
- Não foi entregue as planilhas individual por veículos e maquinários, de forma que permita identificar os gastos da frota de consumo de peças e serviços das Secretarias de Obras e Secretaria de Saúde do exercício de 2023, que permita comparação de desempenho e análise de desvios;
- Não existe um programa de manutenção preventiva para a frota;
- Não existe ordem de serviço ou portaria para aqueles servidores que não são servidores motoristas (servidores concursados ou contratados com categoria habilitação para cargo), com isso vários servidores estão dirigindo os veículos públicos;
- Não existe um controle diário que assegure a boa conservação e a limpeza dos veículos, e que nos dias de chuva, que impede o trabalho externo, um programa de limpeza e organização interna da Secretaria de Transporte;
- Não existe uma norma interna que discipline o recolhimento e a guarda de veículos após o expediente;
- Não existe norma interna disciplinando o acesso de servidores à garagem fora do horário de expediente da Secretaria, nem controle dos servidores que retiram veículos ou maquinários pesados fora do expediente, e se os mesmos foram autorizados pelos respectivos Secretários;
- Não estão sendo recolhidos todos os veículos à garagem do Município ao final do expediente, e nem tem um registro justificando as possíveis ausências;

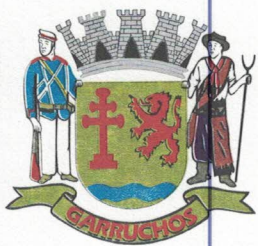


Secretaria de Saúde:

- Não existe um controle de efetividade de todos os agentes públicos que trabalham na Secretaria de Saúde;
- Secretaria de Saúde não participa da formação da política e da execução de ações de saneamento básico;
- Não existe uma norma interna que discipline todo o fluxo dos medicamentos, desde o recebimento, da estocagem e da distribuição dos mesmos;
- Horas extras sistemáticas a mesmos funcionários e limites além permitidos por lei;

Secretaria de Obras:

- Não existe um controle de trocas e reposições de óleo lubrificantes em veículos e maquinários pesados individualmente;
 - Não existe um controle da manutenção, conservação e limpeza de veículos e máquinas;
 - Não existe uma norma interna na Secretaria que discipline o recolhimento e a guarda de veículos e máquinas na garagem do município após o expediente;
 - Não existe um controle de materiais utilizados na sede e no interior do município;
- Não existe uma norma interna disciplinando o acesso de servidores à garagem fora do horário normal de expediente da Secretaria; Nenhum controle dos servidores que retiram veículos ou máquinas pesadas fora do expediente, e se os mesmos foram autorizados pelo respectivo Secretário;
- Não está sendo observado o Art. 73 e 74 da Lei 8.112/1990 sobre o serviço extraordinário;
 - Não está sendo solicitado através de um formulário de solicitação preenchido e encaminhado com antecedência da data pretendida para o início do serviço extraordinário, para que a devida autorização seja dada em tempo hábil, para um controle de horas extra;
 - Não existe na Secretaria um programa de trabalho definindo as prioridades semanal;
 - Não existe um controle de materiais utilizados em bueiros, boca de lobo e etc.



Secretaria da Agricultura:

- Não existe norma interna que discipline o recolhimento e a guarda de veículos e maquinários na garagem do município após o expediente;
- Não existe cadastro de produtores rurais; todos os agricultores do município;
- Não existe relatórios de atividades mensal descrevendo as realizações da Secretaria;
- Não existe um controle de trocas e reposições de óleo lubrificantes em veículos e maquinários individualmente;
- Não existe controle de canos PVC e outros materiais utilizados em rede de água da sede e do interior do município (metros utilizados de canos, materiais diversos e localidades);
- Não existe um programa de manutenção preventiva para veículos e máquinas da secretaria;
- Não está sendo programado e acompanhado as manutenções periódicas dos veículos e maquinários;
- Não existe um relatório mensal descrevendo as realizações do setor de meio ambiente;
- O Município não desenvolve programa na área ambiental, principalmente de educação e saúde pública junto a outros departamentos municipais e comunidades em geral;

Bens Patrimoniais, Alienação e Inventário:

Os bens móveis do município foram inventariados no exercício econômico e financeiro de 2023 e os saldos dos bens no controle patrimonial guardam conformidade com os saldos contábeis.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício econômico e financeiro de 2023 foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.

há controle informatizado dos almoxarifados com registros de entrada e saída, sendo que seu saldo reflete a existência física dos materiais e o movimento do estoque é lançado na contabilidade.



PARECER:

Diante do exposto, o Controle Interno é de Parecer que as principais metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elencadas na Lei Orçamentária do Exercício Econômico e Financeiro de 2023, foram adequadamente atingidas de acordo com as disponibilidades financeiras.

Relatamos pela confiabilidade das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos técnicos, bem como constatamos que as conciliações bancárias foram executadas de forma regular e tempestivamente.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

A análise da movimentação financeira e orçamentária relativa ao período em análise foi efetuada de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis. A consistência dos dados apresentados está de acordo com as operações efetuadas no exercício econômico e financeiro de 2023.

Em nossa opinião, os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária, financeira e de controle patrimonial de responsabilidade do Administrador Municipal no exercício de 2023.

Ante o exposto, a **Unidade de Controle Interno emite parecer favorável** sobre as Contas de Governo do Poder Executivo de Garruchos-RS, referente ao **exercício de 2023**.

É o relatório e parecer.

GARRUCHOS-RS, 18 DE MARÇO DE 2024.

ADAILTON NUNES PILTZ

Presidente

DALVA M. RODRIGUES GAZANO

Membro

DENISE SARMENTO NENE

Membro

